

Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação

Social Movements , Public Policy and
Education

Patrícia Fernanda da Luz

Submetido em 25/11/2015
Aprovado em 19/12/2015

Resumo: Resenha do capítulo “GOHN, Maria da Glória, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de, JEZINE, Edineide, (Orgs.), Educação e Movimentos Sociais, 2ª. Ed. Campinas, Editora Alínea, 2010, p. 33-53”.

Abstract: Review of the book chapter “GOHN, Maria da Glória, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de, JEZINE, Edineide, (Orgs.), Educação e Movimentos Sociais, 2ª. Ed. Campinas, Editora Alínea, 2010, p. 33-53”.

Este trabalho¹ tem sua base na autora Gohn (2010), no capítulo dois, do Livro Educação e Movimentos Sociais, pauta-se no sentido de dar importância na construção de um cidadão reflexivo, participativo de maneira global, e, por isso, analisamos momentos históricos junto aos movimentos sociais, as políticas implementadas e a importância da junção educação formal e educação informal.

Para isso, percebe-se que é preciso que sejam respeitados os direitos da cidadania e que se aumentem os níveis de participação democrática da população, e um dos meios eficazes é a própria educação. E falar em educação não se limita a uma sala de aula, pois essa abrange várias áreas, destacando-se: a formal (escolar), a não formal (práticas educativas de formação voltadas para a construção da cidadania) e a informal (socialização dos indivíduos no ambiente familiar de origem). E, ainda, falar de educação, é falar de movimentos sociais e históricos, é falar em direitos sociais para a construção da cidadania, é avaliar problemas econômicos e políticas públicas. Por isso considera-se que é a partir desses movimentos sociais, históricos e de conquista de direitos que se faz o resgate da cultura de um povo, especialmente em tempos advindos de políticas neoliberais que destroem culturas locais, globalizando tudo e todos. Tudo isso compõe a temática educação.

Para melhor entender o processo educacional precisamos voltar historicamente no tempo, pois com o fim do regime militar, o movimento das Diretas Já, à Constituinte e a nova Carta Constitucional de 88, adquiriu-se um forte conceito de cidadania, trazendo junto a si, direitos e deveres. Esses movimentos históricos sociais trouxeram pelo menos, três momentos distintos. No primeiro momento, pós uma etapa de conquistas constitucionais com a Carta de 88, constituição “cidadã”, de 1990 a 1995, houve crises nos

¹ Essa resenha teve orientação do Prof. Dr. Ivan Fortunato, e foi apresentada como trabalho final da disciplina Políticas Públicas e Organização da Educação Básica, do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional em Nível Médio, oferecido no segundo semestre de 2015, no IFSP, Itapetininga.

movimentos sociais populares devido a falta de regulamentação de direitos, e junto a isso, a implementação de políticas neoliberais, que geraram desemprego, aumento de pobreza e da violência urbana e rural, levando a acreditar numa reconstrução institucional. Surge aí, a sociedade civil por meio das ONGs e outras entidades do Terceiro Setor, tentando amenizar os danos causados nesse primeiro momento. Num segundo momento, de 1995 a 2000, novas pautas foram introduzidas, tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades, etc. Frente a isso tudo, o que era para ser algo para o avanço, acabou adquirindo um perfil engessado, de prestação de serviços, buscando parceria entre Estado e o Terceiro Setor, conduzindo a população a participar de programas e projetos sociais, criando assim um clientelismo. E, num terceiro momento, início desse século até os dias de hoje, temos vários fatores que influenciam direta e indiretamente a educação, como: crise na economia, carência na área dos serviços públicos, violência urbana, incertezas e medos no plano internacional, principalmente, devido aos efeitos da guerra e ações terroristas, desregulamentação das políticas sociais, escassez de recursos financeiros, fragmentação da organização da sociedade civil e surgimento de novas formas de associativismo civil.

Refletindo, sobre as transformações históricas e seus movimentos sociais, a luta pela educação formal sempre esteve ligada a elas, alterando a realidade, como exemplo podemos citar: falta de vagas, filas para matrículas, resultado de exames nacionais, progressão continuada, deslocamento de alunos de uma mesma família para diferentes escolas, atraso nos repasses de verbas para merendas escolares, denúncias de fraudes no uso dos novos fundos de apoio à educação, e ainda, devido a crise econômica e o desemprego, a transição de alunos de escolas particulares para escolas públicas.

Entende-se que, temos nos movimentos sociais um dos principais eixos da educação, envolvendo as escolas como um agente de promoção de inclusão

social, promovendo acesso aos direitos de cidadania, que resgatem ideais como os de civilidade, de tolerância e respeito ao próximo, como promotora de uma consciência crítica e reflexiva, para um novo agir social e político, para uma efetiva participação cidadã.

Diante disso tudo, a escola buscou parcerias com associações organizadas, e como resultado, passou não apenas a desempenhar seu papel de educação formal, mas também somou a ela a educação não formal, no sentido de articular ações que tragam sentido de civilidade humana. Podemos dizer então que a educação não se restringe apenas a uma mera transmissão de conhecimento, mas é sim uma construção ativa e viva, histórica e social, envolvida por fatores internos e externos. Então, todo o campo dos movimentos históricos e sociais, envolve ações tanto na educação formal como na educação não formal, sendo ambas de valores que se completam na formação dos saberes de um cidadão.

Não dá mais para continuar tratando o assunto educação através de antigos métodos oferecidos como um serviço ao seu cliente. É preciso uma construção no sentido de adquirir um novo significado na gestão escolar, dentro de um mundo globalizado, pautada na civilidade humana, com o foco no desenvolvimento do próprio cidadão, resguardando seus direitos e revelando seus deveres. Para isso, é preciso não só da educação formal, mas sua somatória com a educação não formal, envolvendo a sociedade civil. Assim, a educação será a instrumentalidade para formar cidadão reflexivo, para transformar culturas políticas, dentro de um processo contínuo de ação reflexão, de preparação contínua e aprendizado permanente. Como diz Gohn (2010):

Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas. Essas agendas devem contemplar projetos emancipatórios que tenham como prioridade a mudança social, que qualifiquem seu sentido e seu significado, que pensem alternativas para um novo modelo econômico não excludente, que

contemplem valores de uma sociedade em que o ser humano é centro das atenções e não o lucro, o mercado, o status político e social, o poder em suma. A educação não formal é um campo valioso para construção daquelas agendas e para dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação, visando a transformação da realidade social...propomos, em suma, a articulação da educação formal com a não formal para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo (Gohn, 2010, p. 53).